

30 anos



PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA N° xx/20xx

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde / FUNASA**

Nome da autoridade competente: **Miguel da Silva Marques**

Número do CPF: **039.194.746-00**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)/ Coordenação-Geral de Saneamento Estruturante (Cgsan)**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Portaria N° 1.004, publicada no Diário Oficial da União N° 163, Seção 2, página 02, de 27/08/2021.**

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **UG - 255000, Gestão - 36211 - Fundação Nacional de Saúde - FUNASA - CNPJ: 26.989.350/0001-16**

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)/ Coordenação-Geral de Saneamento Estruturante (Cgsan)**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: **Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf - CNPJ: 05.440.720/0001-14**

Nome da autoridade competente: **Paulo César Fagundes Neves**

Número do CPF: **014.514.108-08**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: **Gabinete da Reitoria da Univasf**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Portaria N° 384, de 9 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº70, Seção 2, página 17 de 13/04/2020.**

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: UG: **154421, GESTÃO: 26230 - Nome: Universidade Federal do Vale do São Francisco - CNPJ: 05.440.720/0001-14**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Gabinete da Reitoria da Univasf**

3. OBJETO:

Implementação de ações de apoio à gestão em saneamento em comunidades rurais com foco na gestão, na educação e na operação para promoção da sustentabilidade das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) implantadas.

4. OBJETIVOS:

4.1 Objetivo Geral:

Promover a sustentabilidade das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) implantadas pela Funasa em municípios inseridos no semiárido brasileiro.

4.2 Objetivos específicos:

- Sensibilizar técnicos e gestores municipais e comunidade atendida;
- Realizar Diagnóstico Rural Participativo nas comunidades selecionadas;
- Capacitar técnicos e gestores municipais e comunidades atendidas, com base nas informações geradas no diagnóstico em Educação em Saúde Ambiental, Alternativas de Gestão e Operação, Manutenção e Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano;
- Realizar Monitoramento semestral pelo período de 2 anos (4 monitoramentos).

5. PÚBLICO-ALVO:

Serão atendidos 70 municípios conforme critérios técnicos pré-estabelecidos em Portaria emitida pela Funasa.

6. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

O Programa Saneamento Brasil Rural (PSBR) tem como principal objetivo promover o desenvolvimento de ações de saneamento básico em áreas rurais, com vistas à universalização do acesso, considerando os componentes de saneamento básico de forma integrada, os eixos estratégicos conjuntamente e a implementação articulada entre os vários atores.

A metodologia proposta no plano de trabalho garantirá a participação de todos os agentes envolvidos em todas as suas etapas de execução, atendendo aos princípios fundamentais da Lei nº 11.445/2007, assegurando ampla divulgação das propostas dos planos e dos estudos que as fundamentem.

A metodologia que será utilizada na implementação de ações estruturantes em comunidades rurais com foco na gestão, na educação e na operação para promoção da sustentabilidade das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC), bem como as ações desenvolvidas, compreende o acompanhamento do progresso das atividades desenvolvidas pela Funasa, município e comunidade rural.

Nesse contexto, para cada ação, serão definidas atividades e indicadores para acompanhar a evolução das 06 (seis) metas que se complementam, cujas atividades estão explicitadas a seguir, e em conformidade com as diretrizes definidas pelo PSBR e ações do Projeto Sustentar.

- Meta 1: Elaboração de estratégias para implementação de ações de apoio à gestão em saneamento em comunidades rurais visando a sustentabilidade das SAC implantadas;
- Meta 2: Implementação do bloco de validação em 8 municípios;
- Meta 3: Realização de reuniões de sensibilização em 62 municípios;
- Meta 4: Realização de Diagnóstico Rural Participativo em 62 municípios;
- Meta 5: Realização de oficinas de capacitação em 62 municípios;
- Meta 6: Realização de monitoramento e avaliação em 70 municípios;

Meta 1: Elaboração de estratégias para implementação de ações de apoio à gestão em saneamento em comunidades rurais visando a sustentabilidade dos SAC implantadas

Será elaborado plano de trabalho em conjunto com as Superintendências Estaduais da Funasa (Suest), cujas comunidades rurais serão contempladas pelo presente Termo, visando a identificação das estratégias para a implementação das ações estruturantes e deverá conter detalhamento e especificação da metodologia de execução do plano de trabalho a ser desenvolvida em cada etapa.

Para o desenvolvimento da Meta 1 serão realizadas as atividades a seguir:

1.1- Elaboração de documento contendo as estratégias a serem utilizadas para a implementação das ações de apoio à gestão em saneamento nas localidades contempladas com os SAC, contendo no mínimo:

1.1-1. Definição da metodologia de execução (A ex. Metodologia FIGE — Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica, ações estruturantes que apresentam caráter estratégico, sincronizam o bom andamento de outros projetos e convergem os conceitos de integração, transversalidade e visão sistêmica. Além disso, exprimem as maiores prioridades relativas à gestão e exigem ampla concentração de esforços e meios para o seu desenvolvimento.

1.1-2. Cronograma de execução;

1.1-3. Formação dos grupos de trabalho (GT) pela equipe do projeto;

1.1-3.1. GTGC – Gestão Central;

1.1-3.2. GTGS - Gestão dos Serviços; 1.1-3.3. GTE – Educação em saúde ambiental (participação social);

1.1-3.4. GTM – Monitoramento e Avaliação.

1.1-3.5 Treinamento da equipe de campo

1.1-4. Monitoramento da operação do SAC, por meio de indicadores de avaliação, e avaliação das ações;

1.1-4.1. Sócios-econômicos;

1.1-4.2. Demográficos;

1.1-4.3. Ambientais;

1.1-4.4. Culturais;

1.1-4.5. Abastecimento de água;

1.1-5. Elaboração de material didático para as capacitações voltadas a técnicos e gestores municipais, assim como para a comunidade rural atendida com as SAC. Assim, a linguagem do material a ser desenvolvido deverá ser acessível a esse público.

1.1-5.1. Sensibilização em Saúde Ambiental;

1.1-5.2. Qualificação técnica pedagógica;

1.1-5.3. Qualificação técnica, administrativa;

1.1-5.4. Aperfeiçoamento em das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) em área rural;

1.1-5.5. Domínio de instrumentos de políticas públicas.

Espera-se que sejam desenvolvidos materiais referentes às temáticas: educação em saúde ambiental; alternativas de gestão; operação, manutenção e controle da qualidade da água. Todos no contexto da SAC. A Funasa tem materiais publicados que deverão ser utilizados como balizadores dos materiais a serem desenvolvidos para as capacitações.

O Produto desta meta deverá ser apresentado por meio de documento descritivo técnico (relatório), conforme conteúdo mínimo supracitado, em formato digital, contendo as estratégias definidas, o plano de trabalho a ser desenvolvido em cada Estado e o material didático entregue em formato digital, como documento técnico a ser disponibilizado ao público alvo das capacitações, devendo ser entregue uma publicação (caderno técnico) para cada tema: **educação em saúde ambiental; alternativas de gestão; operação, manutenção e controle da qualidade da água**. Deve possuir ilustração e linguagem clara, simples, objetiva, contextualizada e compreensível à população. Em todos os materiais elaborados deverá constar a logomarca e ser citado o nome da Funasa. Deverá tomar como referência as diretrizes definidas pelo Programa Saneamento Brasil Rural - PSBR e orientações previstas nos Cadernos do Projeto Sustentar da Funasa. *Para execução desta meta e suas respectivas ações, materiais de consumo e bem permanente deverão ser adquiridos, bem como a contratação de pessoal (corpo técnico especializado) e o planejamento*

e operação da parte logística (viagens a campo). Desta forma, a UNIVASF e uma Fundação de apoio. compartilharão a responsabilidade administrativa destas aquisições e contratações, maiores detalhes orçamentários de cada natureza de despesa encontram-se abaixo no plano de trabalho e em seu anexo 1.

Meta 2 – Implementação do bloco de validação em 8 (oito) municípios

A implementação das atividades terá início em um bloco de 8 (oito) municípios, chamado de bloco de validação, que funcionarão como pilotos, nos quais serão realizadas todas as etapas previstas, anteriormente descritas, a fim de analisar a metodologia proposta e promover as adequações que se fizerem necessárias para sua aplicação nos demais municípios/comunidades.

Considerando os critérios de seleção dos municípios que trazem como base: 1 - o maior percentual de população rural "NOTA TÉCNICA N° 1/2021/COSAR/CGESA/DENSP/PRESI" - quanto maior a população rural, maiores são os déficits em saneamento; 2 - municípios que possuam menores índices de cobertura dos serviços de abastecimento de água, constantes no banco de dados do SNIS; 3 - municípios com menor IDH-M, constante no banco de dados do PNUD; 4 - municípios em situação de risco de desastres naturais, secas e estiagem prolongadas; 5 - municípios com população até 50 mil habitantes; 6 - Municípios com comunidades rurais, assentamentos, quilombolas e outras comunidades tradicionais (ribeirinhos, Extrativistas, entre outras) e 7 - Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico Elaborado, "Lei nº 11.445/2007, Art. 48, IX", a portaria N° 307/2022 foi publicada para tal orientação.

Em adição ao normativo legal acima está o contexto geográfico/paisagístico mega diverso que suporta área de abrangência do projeto. Dessa forma, o bloco dos 8 (oito) municípios será selecionado considerando a heterogeneidade ambiental do Bioma Caatinga em associação com os critérios de seleção expostos acima. Segundo Velloso et al (2002) o Bioma Caatinga pode ser dividido em 8 ecorregiões a saber: Complexo de Campo Maior; Complexo Ibiapaba-Araripe; Planalto da Borborema; Depressão Sertaneja Setentrional; Depressão Sertaneja Meridional; Dunas do São Francisco; Complexo da Chapada Diamantina e Raso da Catarina. Não cabe aqui descrição pormenorizada das características edafo-climáticas de cada ecorregião, mas apenas reforçar que existem diferenças ambientais bióticas e abióticas significativas entre cada uma delas. Dito isso, é fato que tal diferença tem relação intrínseca com as águas subterrâneas e superficiais, ensejando que a escolha dos municípios piloto represente tamanha heterogeneidade, uma vez que pensamos majoritariamente na sustentabilidade dos SAC's. Portanto a decisão está sendo tomada em conjunto com todos os envolvidos nessa proposta (FUNASA e UNIVASF), de forma que seja garantida representatividade amostral mediante diferenças geográficas e ambientais já relatadas. Abaixo encontra-se a figura 1 com cada ecorregião.

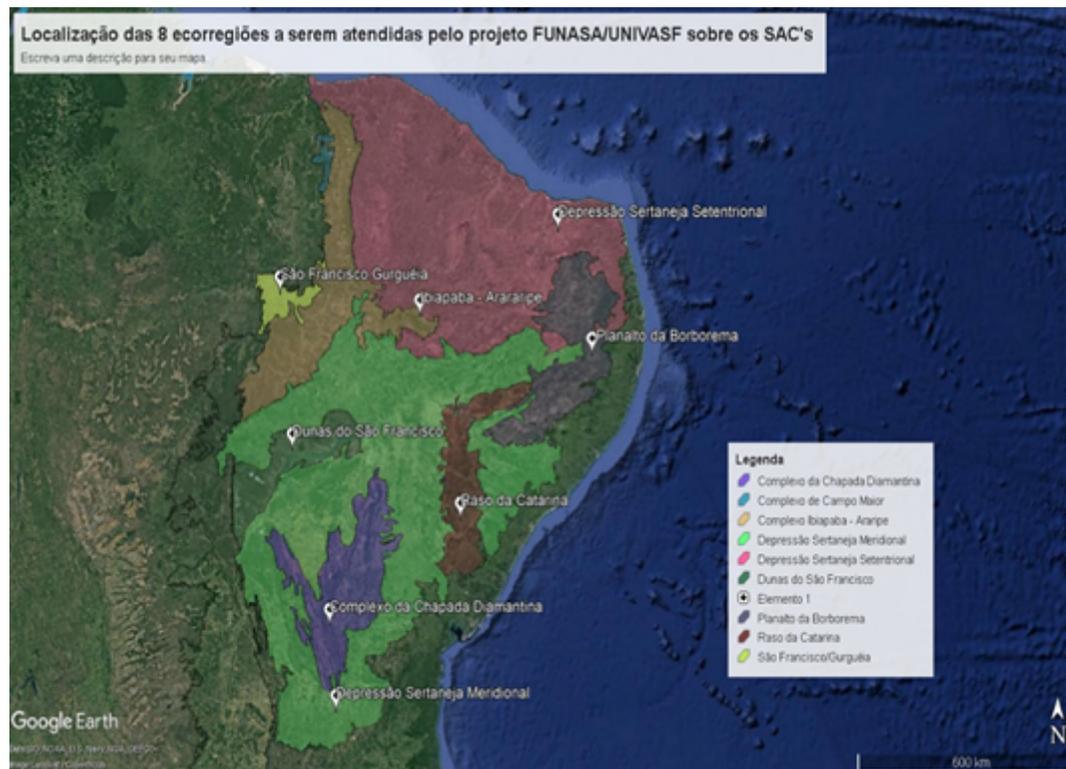


Figura 1 – Mapa com cada uma das 8 ecorregiões segundo Velloso (2002)

A Meta 2 contemplará as seguintes ações:

2.1 – Plano de Mobilização Social e Participativa;

2.1.1 - Realizar Diagnóstico Rural Participativo (DRP) para verificar as condições de saneamento nas comunidades selecionadas;

2.1.2- Realização de reuniões de sensibilização com técnicos, gestores municipais e com líderes e/ou representantes das comunidades rurais;

2.1.3- Elaboração de um Plano de Ação (5W2H) entre a SUEST e o Município para a realização das oficinas de capacitação na comunidade;

2.2 – Plano de Capacitação;

2.2.1 - Realização de Oficina de Capacitação em Educação em Saúde Ambiental;

2.2.2 - Realização de Oficina de Capacitação em Alternativas de Gestão;

2.2.3 - Realização de Oficina de Capacitação em Operação, Manutenção e Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano;

2.3 – Plano de Efetivação;

2.3.1 - Cenários com Prognóstico e Planejamento Estratégico;

2.3.2 - Adequação dos processos metodológicos de implementação das ações.

2.4 – Plano de Informatização;

2.1.1 – Implantação do sistema de consolidação, monitoramento e compartilhamento de dados das SAC.

O Produto desta meta deverá ser entregue, em meio digital, através de relatório, cartilha, livro ou caderno didático contendo os registros de todas as atividades realizadas na presente meta, nos 08 (oito) municípios. Com relação às oficinas, devem-se detalhar as estratégias de mobilização comunitária, atividades, metodologia, carga horária, temas abordados e público alvo. Além disso, deverão ser levantados os pontos fortes e fracos, êxitos e fragilidades, detectados no decorrer do desenvolvimento de cada ação realizada. Ao final desta meta, propor-se as adequações dos processos metodológicos inicialmente propostos para que possam ser replicados de maneira mais efetiva nos demais municípios nas etapas consecutivas, além, da implantação do sistema de consolidação, monitoramento e compartilhamento de dados das SAC do bloco piloto. *Para execução desta meta e suas respectivas ações, materiais de consumo e bens permanentes deverão ser adquiridos, bem como a contratação de pessoal (corpo técnico especializado) e o planejamento e operação da parte logística (viagens a campo). Desta forma, a UNIVASF e uma Fundação de apoio compartilharão a responsabilidade administrativa destas aquisições e contratações, maiores detalhes orçamentários de cada natureza de despesa encontram-se abaixo no plano de trabalho e em seu anexo 1.*

Meta 3 – Realização de reuniões de sensibilização em 62 municípios

Serão realizadas reuniões, agendadas previamente com os representantes dos municípios, indicados pelos gestores públicos, que ficarão responsáveis pelo desenvolvimento das atividades necessárias a realização das ações no município, além de quando necessário, mobilizar a população da comunidade rural escolhida, visando a sensibilização dos gestores e técnicos municipais para a importância da sustentabilidade das SAC e implementação das ações de apoio à gestão em saneamento, como forma de garantia da primeira. Terá como principal objetivo apresentar os princípios básicos da importância da segurança hídrica e sustentabilidade dos sistemas para atendimento dessa premissa. Ainda nessa etapa deverá ser formalizada uma equipe municipal que será responsável pelo desenvolvimento/acompanhamento das ações na comunidade, sendo publicada e entregue uma Portaria de nomeação contendo os representantes indicados.

Sendo assim, a consolidação dos objetivos descritos acima, ocorrerá por meio das seguintes ações:

3.1- Realização de reuniões de sensibilização com técnicos, gestores (sociais, técnicos, administrativos e públicos) e comunidade nos municípios contemplados com as SAC;

3.2- Formalização, mediante portaria, das equipes municipais para desenvolvimento/acompanhamento das ações na comunidade. A elaboração e implantação das ações de apoio à gestão em saneamento requerem a formatação de um modelo de planejamento participativo e de caráter permanente. Dessa forma, é imprescindível a formação de grupo de trabalho regulamentado com vários atores sociais intervenientes para a elaboração do plano, identificando e sistematizando os interesses múltiplos e a existência de áreas conflitantes.

O Produto desta meta deve contemplar um documento técnico (relatório), em formato digital, abordando o registro das atividades de sensibilização desenvolvidas nos municípios e as portarias com as respectivas nomeações das equipes municipais para desenvolvimento/acompanhamento das ações na comunidade. *Para execução desta meta e suas respectivas ações, materiais de consumo e bem permanente deverão ser adquiridos, bem como a contratação de pessoal (corpo técnico especializado) e o planejamento e operação da parte logística (viagens a campo). Desta forma, a UNIVASF e uma Fundação de apoio compartilharão a responsabilidade administrativa destas aquisições e contratações, maiores detalhes orçamentários de cada natureza de despesa encontram-se abaixo no plano de trabalho e em seu anexo 1.*

Meta 4 – Realização de Diagnóstico Rural Participativo em 62 municípios

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) corresponde a “um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e, a partir daí, comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (Verdejo, 2006^[1]). Tem como base o levantamento de dados/informações e no conhecimento da realidade da localidade rural, segundo a própria perspectiva de seus membros. Essas técnicas e ferramentas propõem que os processos de pesquisa se desenvolvam de acordo com os saberes dos participantes, incentivando a autoanálise e a concepção de melhores cenários. Num primeiro momento, os dados são coletados a partir da percepção dos sujeitos envolvidos e compartilhados com a equipe mediadora. A seguir, essa equipe busca compreender as condições e o contexto da localidade da pesquisa. E por fim, os agentes analisam os problemas e possíveis soluções para enfrentá-los em conjunto (BRASIL, 2019c^[2]).

Deverá ser realizado o Diagnóstico Rural participativo nos 62 municípios beneficiados de forma que sejam evidenciadas as características e a tipologia das SAC e, tomará como referência, as diretrizes definidas pelo Programa Saneamento Brasil Rural - PSBR e orientações previstas nos Cadernos do Projeto Sustentar da Funasa.

O Produto da Meta 4 deve contemplar um documento técnico (relatório), em formato digital, contemplando os diagnósticos desenvolvidos. Será elaborado 1 relatório contendo, em anexo, as informações/dados de cada município contemplado. *Para execução desta meta e suas respectivas ações materiais de consumo e bem permanente deverão ser adquiridos, bem como a contratação de pessoal (corpo técnico especializado) e o planejamento e operação da parte logística (viagens a campo). Desta forma, a UNIVASF e uma Fundação de apoio compartilharão a responsabilidade administrativa destas aquisições e contratações, maiores detalhes orçamentários de cada natureza de despesa encontram-se abaixo no plano de trabalho e em seu anexo 1.*

Meta 5 – Realização de oficinas de capacitação em 62 municípios

Serão realizadas oficinas de capacitação com os seguintes temas centrais:

- 5.1- Educação em Saúde Ambiental;
- 5.2- Capacitação em Alternativas de Gestão;
- 5.3- Capacitação em Operação, Manutenção e Controle da Qualidade da Água;
- 5.4- Aperfeiçoamento em das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) em área rural.

O Produto desta meta deve contemplar um documento técnico (relatório) ou uma cartilha compilatória, em formato digital, contemplando as atividades realizadas durante as oficinas, os conteúdos abordados, as discussões desenvolvidas. Deve conter, ainda, cronograma, fotos e listas de frequências. Será elaborado 1 relatório contendo, em anexo, as informações/dados de cada município beneficiado. *Para execução desta meta e suas respectivas ações, materiais de consumo e bem permanente deverão ser adquiridos, bem como a contratação de pessoal (corpo técnico especializado) e o planejamento e operação da parte logística (viagens a campo). Desta forma, a UNIVASF e uma Fundação de apoio compartilharão a responsabilidade administrativa destas aquisições e contratações, maiores detalhes orçamentários de cada natureza de despesa encontram-se abaixo no plano de trabalho e em seu anexo 1.*

Detalhamento sobre as capacitações:

Capacitação Educação em Saúde Ambiental

Partindo-se da premissa de que toda e qualquer prática de educação em saúde tem sempre um cunho social e cultural no qual visa não somente mudanças de hábitos, de práticas e de atitudes, mas também deve transmitir e apreender conhecimentos, através de uma mudança gradual na forma de pensar, de sentir e de agir sempre se aplicando e demonstrando métodos pedagógicos participativos e problematizadores. Desse modo, educar e aprender em saúde é sempre um processo contínuo

de indagação, de reflexão, de questionamento e principalmente, de construção coletiva, desde que seja articulada, contínua, aplicada e compartilhada, conseqüentemente, a finalidade das ações de Educação em Saúde é promover uma transformação.

Uma das metodologias mais utilizada e talvez seja a mais eficiente é a da Mobilização Social, pois através dela uma comunidade decide e age com objetivo comum, buscando, quotidianamente, os resultados desejados por todos. Por isso, se diz que Mobilização Social: é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhado. Tais mobilizações devem sempre envolver gestores, comunidades e demais atores sociais do processo. Com a execução desse TED pretende-se promover a sustentabilidade das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) implantadas pela Funasa em municípios inseridos no semiárido brasileiro, daí a importância de ministrar para gestores e representantes das comunidades oficinas de Educação em Saúde afim de capacitá-los com as operações de funcionamento, manutenção e conservação nesses serviços de engenharia de saúde pública.

Em todas as comunidades que serão contempladas com as Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) implantadas pela Funasa, as oficinas de Educação em Saúde contribuirão de forma decisiva para a consolidação dos princípios e diretrizes do SUS: universalidade, integralidade, equidade, descentralização, participação e controle social, sempre respeitando todos os seus atores: profissionais de saúde, grupos sociais e população em geral, sempre levando em conta as suas formas de organização.

As oficinas de Educação em Saúde que serão ministradas, inicialmente, nas oito comunidades pilotos escolhidas e posteriormente em todas as outras comunidades que fazem parte da abrangência desse TED, estabelecerão relações de ensino-aprendizagem entre os profissionais de saúde e saneamento e os participantes das oficinas (gestores locais e comunidade atendida), de modo que haja uma gestão participativa, juntamente com a escolha dos melhores caminhos a percorrer que suscitem a maior participação da comunidade. Esta participação ganha concretude na comunidade na definição de suas necessidades e formas de atuar; dentro do próprio serviço, na democratização do atendimento e da informação à comunidade e seus grupos sociais; e dela com os serviços, quando de posse da informação sobre tratamento e cuidados com a água e no exercício da participação, influi nas mudanças necessárias à promoção da saúde e exerce o controle social sobre as Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC).

O técnico da área de Educação em Saúde, que será selecionado e conduzido pela Univasf, será responsável por ministrar as oficinas nas comunidades que serão contempladas com as Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC), terá o seguinte perfil:

- Formação na área de saúde, biológicas e/ou ciências humanas e identidade e compromisso com a área de Educação em Saúde e compromisso social;
- Formação na área de saneamento de profissionais técnicos municipais em diversas áreas das engenharias.
- Visão crítica e abrangente dos determinantes sociais;
- Experiência de trabalho em equipe;
- Disponibilidade para deslocamentos.

As oficinas de Educação e Saúde terão como objetivo alcançar todas as comunidades beneficiadas com as Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) e serão compostas por:

I - Seminário de Sensibilização de Gestores e Técnicos para os Projetos de Educação em Saúde Ambiental e Mobilização Social nas Ações de Saneamento – tem como finalidade envolver e orientar os gestores para elaboração e implementação dos projetos educativos.

II - Oficinas de Educação em Saúde e Mobilização Social – busca fortalecer a organização comunitária, o associativismo, a autonomia e a sustentabilidade dos serviços de saneamento ambiental e saúde prestados às comunidades. Possibilita, também, a geração de trabalho e renda. Propõe-se intervenções, apontando um padrão de referência técnica e metodológica para a área de Educação em Saúde, especialmente para qualidade da água fornecida, demonstrado e ensinando técnicas de monitoramento da qualidade da água e práticas preventivas para evitar a contaminação da água e do lençol freático. Tais técnicas serão sedimentadas nas oficinas de educação em saúde ambiental e mobilização social, contribuindo com a Promoção da Saúde.

III - Curso de Formação dos Agentes Saneamento: capacitar a população local para o desenvolvimento de atividades de educação em saúde e mobilização social a partir das ações de competências estabelecidas no programa do curso de formação. Propõe-se, no primeiro momento, atuar na capacitação do

instrutor/supervisor.

IV - Produção de Materiais Pedagógicos para Monitorar a qualidade da água: fomentar metodologias e tecnologias apropriadas de apoio à prática educativa junto às áreas de saneamento básico rural. Neste sentido propõe atuar em duas vertentes:

a) Capacitação dos técnicos de educação em saúde nas comunidades que serão contempladas com as Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) na produção de materiais educativos e instrucionais de apoio a prática desenvolvida por estes profissionais junto à população, aos técnicos e aos serviços de monitoramento, prevenção e qualidade da água.

b) Desenvolvimento de tecnologias de produção de vídeo educativo pela própria comunidade com o apoio da TV Caatinga (web canal da Univasf) afim de avaliação os impactos das ações na e pela própria comunidade, produzindo documentário que consolidem os instrumentos de trabalho utilizados.

Todas as oficinas terão um mesmo formato básico, divididos em momentos:

Momento I: Utilizará o método critico-reflexivo de ensino-aprendizagem que se pauta na aprendizagem significativa, em que o conhecimento precisa estar diretamente associado ao contexto social dos sujeitos. Assim, oportuniza-se desenvolvimento de responsabilidade, pensamento crítico e sensibilidade para as questões voltadas à qualidade da água. Possibilitando, dessa forma, que os indivíduos que vivenciam o método atuem em questões específicas do seu cotidiano. Em um primeiro momento, foram levantados os problemas cujo tema principal é a qualidade da água fornecida, como a água que chega à comunidade e aparência e gosto;

Momento II: Todos são estimulados a falar sobre suas concepções e experiências concernentes a temática água e outros assuntos transversais, por exemplo: descarte de resíduos sólidos; descarte de resíduos líquidos (esgoto); qualidade e origem da água que a população tem acesso, entre outros;

Momento III: Discussões sobre: a quantidade de água doce; ciclo da água; principais usos da água; qualidade da água para consumo humano e agricultura; as principais doenças vinculadas a utilização de água não potável; dados sobre o saneamento básico no Brasil, no Nordeste e daquele município atendido; as diferenças entre o saneamento urbano e o rural; tratamentos de esgotos adaptados à zona rural; desafios do saneamento básico brasileiro.

Momento IV: Avaliação: Será de modo subjetivo por meio da escala tipo “likert”. Todos os presentes avaliaram a oficina como “bom”, o que demonstra a aceitação das atividades desenvolvidas e que os resultados foram alcançados. Ademais, ficará evidente a participação e o interesse da população sobre o tema em questão. Durante esse momento será escolhido o operador técnico da solução local através de um estudo sobre o perfil dos participantes.

Oficinas:

1. Saúde, ambiente e Desenvolvimento: 30 h
2. Aspectos laboratoriais de interesse para a Saúde da População Rural: 30 h
3. Vigilância em saúde ambiental e controle de zoonoses: 30 h
4. Métodos de Avaliação e Monitoramento “in locus” da qualidade da água: 45 h
5. Métodos alternativos e de baixo custo de dessalinização de água para consumo humana e dessedentação animal: 45 h
6. Métodos alternativos e de baixo custo de desinfecção de água afim de adquirir os parâmetros de potabilidade preconizados pela ANVISA para consumo humana: 45 h

Capacitação de Gestores

Um dos principais atores locais são os gestores municipais dos municípios que serão contempladas com as Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC), daí a necessidade de oferecer aos gestores para a formulação de ações de Educação em Saúde coerentes com os princípios da descentralização, integralidade, equidade, participação e controle social, que perpassam todas as ações e serviços de saúde e de saneamento ambiental.

Diante do exposto serão necessárias oficinas e seminário de sensibilização para os gestores e técnicos demonstrando modelos de gestão que possam apoiar tecnicamente os gestores na implementação, acompanhamento e avaliação nas ações de saneamento em seus respectivos municípios. Partindo-se do princípio que os

gestores municipais já possuem estudos, de cunho qualitativo, da realidade do saneamento

rural em área de atuação, podemos, em conjunto, executar de modo participativo os serviços públicos de saneamento básico rurais propostos nesse TED.

Dessa forma, prevemos que as atividades entre os agentes públicos locais estejam aliadas às reações entre os atores que convivem no espaço das atividades de demanda coletiva, assim, teremos como fortaleza as forças coesivas locais, valorizando a riqueza do trabalho coletivo, portanto, é essencial o amadurecimento dos gestores do saneamento básico locais como um instrumento que contribuirá para o exercício cotidiano das atividades de pensar na melhor maneira de ofertar água potável às comunidades atendidas com um movimento de avaliação contínua e fiscalização local das atividades empreendidas.

Inicialmente, serão realizadas entrevistas presenciais com os gestores municipais, os prestadores e representantes da sociedade civil organizada desses oito municípios piloto. Os depoimentos foram colhidos por meio de entrevistas semi-estruturadas, gravadas em MP3, e transcritas literalmente. Um dos grandes desafios atuais na área de saneamento básico, principalmente o rural, é avançar em pesquisas que busquem entender e desvendar os aspectos relacionados à qualidade das ações empreendidas. Para tanto é necessário se debruçar em investigações que se proponham a ir além das realidades retratadas pelos números. A análise de conteúdo se apresenta como uma ferramenta capaz de auxiliar os pesquisadores nessa direção, quando nos apresenta uma metodologia para desbravar o universo dos conceitos, ideologias e pressupostos que são as bases invisíveis das ações implementadas pelos gestores dos serviços públicos de saneamento básico.

As oficinas propostas têm por objetivos promover um programa de capacitação de profissionais dos gestores e prestadores de serviços públicos de saneamento básico em relação aos aspectos técnico- operacionais (controle de perdas, controle e vigilância da qualidade da água), de planejamento, de regulação/fiscalização, legais, administrativos, contábeis e de educação e comunicação social.

Oficinas:

Com uma linguagem prática e voltada a estudos de viabilidade e implantação de das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC), as oficinas estão estruturadas em Módulos, com carga horária total de 60 horas, dividida em:

Oficina I – Gestão dos SAC`s com as comunidades, Comunicação, Pessoas e Resultados: 15 h

Oficina II – Planejamento Estratégico no Setor Público em Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC): 15 h

Oficina III – Indicadores: importância e exemplos práticos: 15 h

Oficina IV – Tecnologias de Tratamento de Água: 15 h

Meta 6 – Realização de monitoramento e avaliação em 70 municípios

Serão elaboradas estratégias para gestão das informações e cruzamentos dos dados obtidos nos 70 municípios com a finalidade de elaborar painéis de monitoramento e avaliação a saber:

6.1- Realização de monitoramento das ações desenvolvidas nas comunidades rurais e da sustentabilidade das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) implantadas, com o estabelecimento de critérios e indicadores.

6.1.1 Informações SAC;

6.1.2 Informações sobre Sustentabilidade;

6.1.3 Descrições da SAC;

6.1.4 Qualidade da água bruta e tratada;

6.2 – Realização de avaliação das ações desenvolvidas das comunidades rurais e da sustentabilidade das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) implantadas;

6.3 - Implantação do sistema de consolidação, monitoramento e compartilhamento de dados das SAC.

6.4 – Relatórios de avaliação;

6.5 - Divulgação dos resultados.

O Produto da Meta 6 deve contemplar um aplicativo que é um sistema de consolidação, monitoramento e compartilhamento de dados das SAC, um documento técnico (relatório), em formato digital, contemplando as ações realizadas durante o desenvolvimento dos monitoramentos, as avaliações realizadas, os relatórios elaborados e os resultados obtidos.

Com relação à avaliação, esta deverá avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das ações estruturantes, por meio de indicadores e eventualmente entrevistas (quantitativo e qualitativo), comparando localidades que foram atendidas por ações estruturais e estruturantes com outra que foram atendidas somente com ações estruturais. Deve conter, ainda, cronograma, fotos e frequências dos monitoramentos realizados. Será elaborado um relatório contendo, em anexo, as informações/dados de cada município beneficiado. *Para execução desta meta e suas respectivas ações materiais de consumo e bem permanente deverão ser adquiridos, bem como a contratação de pessoal (corpo técnico especializado) e o planejamento e operação da parte logística (viagens a campo). Desta forma, a UNIVASF e uma Fundação de apoio compartilharão a responsabilidade administrativa destas aquisições e contratações, maiores detalhes orçamentários de cada natureza de despesa encontram-se abaixo no plano de trabalho e em seu anexo 1.*

[1] Verdejo, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo. Um guia prático.** Secretaria da Agricultura Familiar – MDA - Brasília DF. 2006.

[2] BRASIL. **Caderno Orientativo para a Implementação, o Monitoramento e a Avaliação das Ações do Programa Sustentar.** Fundação Nacional de Saúde. Brasília: Funasa, 2019c.

7. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Atualmente, o Brasil passa por uma das maiores crises hídricas de sua história, colocando em situação de extrema vulnerabilidade social uma imensa gama da população brasileira, com destaque para a população rural, que vem sofrendo com as longas estiagens, haja vista que a pluviosidade recente não ter sido suficiente para recuperação dos prejuízos causados pela seca.

As áreas rurais dos municípios dos estados brasileiros de AL, BA, CE, SE, MA, PB, PE, PI, RN, MG possuem uma população com reduzidos níveis de cobertura de saneamento básico, e carecem de uma atenção especial em relação ao saneamento como um todo, em especial ao acesso ao abastecimento de água. Uma das alternativas para assegurar o acesso à água potável desta população é o abastecimento, por meio de captação subterrânea e implantação de soluções de tratamento de água.

A Funasa, conjuntamente com outras instituições federais no âmbito da iniciativa do Governo intitulada “Força Tarefa das Águas”, vem buscando a proposição de soluções para promover o acesso à água às populações rurais, minimizando os efeitos de longos períodos de seca e contribuindo para a promoção da melhoria da qualidade de vida e de saúde da população.

Diante disso, a instituição realizou amplo levantamento sobre a existência potencial de poços perfurados e ainda não instalados, situados em localidades rurais, nos municípios dos estados de AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE e MG, nos termos da Portaria Funasa Nº 307/2022, publicada no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2022 (3516102), para subsidiar e qualificar futuras ações da instituição, no sentido de viabilizar a contratação de serviços e obras para a implantação, limpeza, desenvolvimento, bombeamento e a instalação dos poços identificados como viáveis para abastecimento de água para consumo humano, de modo a constituirlos com etapa útil e assegurar a oferta de água tratada à população em situação de vulnerabilidade hídrica e social. A referida contratação será realizada por meio de processo licitatório.

As informações sobre as comunidades selecionadas serão definidas a posteriores, logo após a definição dos 8 (oito) municípios escolhidos como piloto.

Nesse sentido, a unidade descentralizada possui atuação em todo território proposto por este TED, tendo em vista que possui multicampia na Bahia, Pernambuco e Piauí, com abrangência prevista em lei em toda bacia hidrográfica do rio São Francisco. Além, de ter expertise em projetos similares a este TED, como, o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF que executa, que é um projeto de infraestrutura hídrica que capta água no Rio São Francisco aduzindo

a para bacias hidrográficas do nordeste setentrional nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Seu principal objetivo é garantir segurança hídrica, através da integração de bacias hidrográficas a uma região que sofre com a escassez e a irregularidade das chuvas: a região semiárida do Nordeste. Por fim, o sucesso da implementação da referida ação dependerá de características e especificidades das localidades, que são objetos da ação, a citar: mananciais disponíveis, qualidade da água bruta, tamanho da população a ser atendida, características socioeconômicas e ambientais, bem como da participação da população a ser atendida, e ainda do compromisso dos gestores públicos locais com a sustentabilidade destes serviços.

Nesse sentido, esse projeto visa a implementação de medidas de apoio à gestão em saneamento, baseadas em um diagnóstico aprofundado das comunidades rurais que serão contempladas, que possibilitem a sustentabilidade das soluções a serem implementadas nas comunidades rurais atendidas, proporcionando a melhoria da qualidade de vida da população.

Aspectos Institucionais

A Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) é uma instituição de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação, criada com o nome de Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, legitimada pela Lei nº. 10.473 de 27 de junho de 2002, que a conferiu uma natureza fundacional, com sede na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. Sua missão é fomentar o desenvolvimento da região onde está localizada, a qual compreende parte de oito estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais, sendo que no ato de sua criação estava estabelecida fisicamente em três polos: o polo Petrolina, no Estado de Pernambuco, o polo de Juazeiro, no Estado da Bahia e o polo de São Raimundo Nonato no Piauí, conforme previsto na Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001.

Os três polos integram a região do semiárido brasileiro, são considerados importantes unidades geoeconômica e natural, para efeito de planejamento de políticas públicas, possuem uma riqueza multicultural e apresentam demandas bastante diferenciadas do restante do Brasil. No ano de 2009, foi criado o campus de Senhor do Bonfim no estado da Bahia em 2013, o campus de Paulo Afonso na Bahia e, mais recentemente, o novo campus que está sendo implantado no município de Salgueiro-PE. No ano de 2007, através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril, o Governo Federal instituiu o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, cujo objetivo foi criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais.

A UNIVASF aderiu ao REUNI no dia 15 de fevereiro de 2008 através da Decisão nº 11/2008 do Conselho Universitário. A partir do REUNI, foram criados oito cursos de graduação na UNIVASF: no campus de Senhor do Bonfim (CSB), o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza; no Campus Juazeiro, os cursos de Artes Visuais e Ciências Sociais; no Campus Ciências Agrárias, os cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Agrônoma; no Campus São Raimundo Nonato, o curso de Ciências da Natureza e no Campus Petrolina Sede, os cursos de Educação Física e Ciências Farmacêuticas. As atividades desenvolvidas pela Univasf

envolvem diversas áreas do conhecimento (Ciências Humanas e Sociais; Engenharias; Artes; Ciências da Saúde e Biológicas; e Ciências Agrárias), a partir da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação (lato e stricto sensu); de programas e projetos de extensão; e das atividades de pesquisas. A Univasf possui 33 cursos de graduação, dos quais 27 são realizados na modalidade presencial, quatro são desenvolvidos na modalidade a distância (EaD) e outros dois são desenvolvidos no âmbito do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronera).

DO ENQUADRAMENTO DO TED NO ART. 3º DO DECRETO Nº 10.426/2020

A celebração do presente TED tem como base o Decreto nº 10.426/2020, que dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada, para consecução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho.

A proposta apresentada pela Univasf se enquadra na hipótese contida no inciso I, do art. 3º, haja vista a comprovação de interesses recíprocos, com atuações e fomentos para soluções de saneamento para preservação do meio ambiente, prevenção e controle de doenças. A FUNASA e a Univasf apresentam interesses convergentes quanto ao desenvolvimento e capacitação de recursos humanos voltados às ações de saneamento básico, a fim de garantir uma melhor eficiência da aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido, a celebração deste Termo de Parceria entre a FUNASA e a Univasf, objetivando a implementação de ações de apoio à gestão em saneamento em áreas rurais, proporcionará o fortalecimento da gestão das ações implementadas em áreas rurais, com a otimização dos investimentos públicos, resultando na melhoria da qualidade e sustentabilidade dos serviços ofertados, consequentemente, na melhoria da qualidade de vida da população.

8. EQUIPE DE TRABALHO E METODOLOGIA

Equipes de trabalho:

As equipes de trabalho serão compostas por servidores de Instituição de Ensino Superior - IES, responsável pelo acompanhamento do TED (Equipe Fixa), e equipe de apoio, que será selecionada pela IES em consonância com as regras estabelecidas em encontro de planejamento com a Funasa, considerando a capacidade técnica/didática dos interessados. A equipe fixa do IES deverá contar com, no mínimo, os profissionais dispostos no quadro a seguir: A contratação das equipes deverá ser feita através da fundação de apoio, balizada por valores de bolsas do cnpq.

CARGO	VAGAS	REQUISITO	HABILITAÇÃO LEGAL	RESUMO DAS ATRIBUIÇÕES
Coordenador Geral de execução do TED	01	Docente	Doutor ou mestre; Experiência mínima de 02 (dois) anos comprovada em cargo, ou cargos de direção, liderança de equipe, chefia ou gerência; Experiência em projetos diretamente relacionados com o objeto da TED, e em acompanhamento financeiro e prestação de contas de instrumentos de transferência de recursos pela União.	Coordenar a equipe permanente e a execução do Termo de Execução Descentralizada.
Gestor do Projeto	01	Docente	Doutor ou mestre; Experiência mínima de 02 (dois) anos em serviços, cargo, ou cargos de direção, liderança de equipe, chefia ou gerência diretamente relacionados com o objeto da TED; e conhecimentos de microinformática na operação de aplicativos de editoração de texto, planilha eletrônica, banco de dados, navegação e comunicação através da internet.	Coordenar as equipes técnica e de apoio e auxiliar o coordenador geral nas suas atividades.
Coordenador Técnico	01	Docente e /ou Técnico	Graduação superior em química, bioquímica, farmácia, biologia, engenharia agrícola, ambiental ou civil, tecnologia de saneamento ambiental, técnico em saneamento ou áreas correlatas, e	Acompanhar e fiscalizar as ações executadas pelas equipes de laboratório, realizar atividades

			Experiência em projetos diretamente relacionados com o objeto da TED.	de campo, visita aos municípios e comunidades para implementação dos objetivos do TED.
Instrutor de Ações	12	Docente	Graduação superior em engenharias, química, bioquímica, farmácia, biologia, pedagogia, sociologia, geografia, biologia, psicologia, assistência social, tecnologia de saneamento ambiental, técnico em saneamento ou áreas correlatas, e Experiência em projetos diretamente relacionados com qualidade de água, educação e saúde ambiental.	Planejar e operacionalizar as atividades de campo, visita aos municípios e comunidades para implementação dos objetivos do TED.
Coordenador: Educação em Saúde Ambiental	01	Docente	Graduação superior em pedagogia, sociologia, geografia, biologia, psicologia, assistência social, engenharia agrícola e ambiental, tecnologia de saneamento ambiental, técnico em saneamento ou áreas correlatas, e Experiência em projetos diretamente relacionados com educação e saúde ambiental.	Coordenar a equipe técnica de Educação em Saúde Ambiental, apoio e auxiliar o coordenador geral e adjunto nas suas atividades.
Estagiário	20	Discente	Graduando de cursos superior.	Executar atividades inerentes às áreas técnicas.

No quadro a seguir são descritos os cargos/funções, atividades básicas, formação necessária dos profissionais a serem selecionados pela IES para comporem a equipe de apoio, contratados via fundação e remunerados através de bolsas do cnpq. Os valores das bolsas por cargo ou função estão no anexo 1.

CARGO	VAGAS	REQUISITO	HABILITAÇÃO LEGAL	RESUMO DAS ATRIBUIÇÕES
Engenheiro (a) Civil Sanitarista e/ou Ambiental	04	Graduação superior em Engenharia Ambiental, Civil ou Sanitária;	Certificado de conclusão de nível superior preferencialmente em engenharia civil, ambiental ou sanitária	Realizar atividades de campo, visita aos municípios e comunidades para implementação dos objetivos do TED. Levantamento de dados relacionados ao saneamento Básico. Ministras cursos ou palestras; elaborar relatórios.
Pedagogo, Sociólogo, Psicólogo, Assistente Social	04	Graduação superior em Pedagogia, sociologia, geografia, psicologia, assistência social ou profissões correlatas;	Certificado de Nível Superior	Mapear, identificar, articular, envolver e convocar pessoas, lideranças locais, ONGs, empresas e outros atores para a causa do saneamento rural. Exercer as atividades de mobilização comunitária; elaborar relatórios sobre as atividades; ministras cursos ou palestras.
Bioquímico	04	Graduação superior em Química, Bioquímica, Farmácia ou áreas correlatas. Experiência comprovada na realização de análise da qualidade da água.	Certificado de Nível Superior	Realizar atividades de campo, visita aos municípios e comunidades para implementação dos objetivos do TED. Levantamento de dados relacionados ao saneamento Básico. Ministras cursos ou palestras; elaborar relatórios.
Biólogo (a) e/ou Agrônomo (a)	04	Graduação em Ciências Biológicas e/ou Agronomia. Experiência comprovada em educação ambiental.	Certificado de Nível Superior	Realizar e auxiliar as atividades e equipes de campo. Realizar atividades de campo, visita aos municípios e comunidades para implementação dos objetivos do TED. Levantamento de dados relacionados ao saneamento Básico. Ministras cursos ou palestras; elaborar relatórios.

Metodologia

Será elaborado plano de Trabalho em conjunto com as Superintendências Estaduais da Funasa (Suest) que deverá conter a metodologia de execução das seguintes etapas:

- Sensibilização de técnicos e gestores municipais e comunidade atendida;
- Diagnóstico;
- Mobilização social/ Oficina de capacitação em educação em saúde;
- Oficina de capacitação em gestão;

- Oficina de capacitação em operação;
- Monitoramento semestral pelo período de 2 anos (4 monitoramentos).

Sensibilização dos atores (FUNASA, 2022. Protocolo de atuação da Funasa para implementação de ações estruturantes de saneamento básico em áreas rurais)

A etapa de sensibilização consiste na apresentação dos benefícios da tecnologia de saneamento instalada e da importância de assegurar sua sustentabilidade aos técnicos e gestores municipais e representantes das comunidades atendidas, visando a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre Funasa e município. Nesse momento, há a identificação de interesses e a formalização de compromissos, assim como o fomento de parcerias com instituições locais e da sociedade civil. Há, ainda, o início do processo de formação de uma equipe, composta pelos diversos atores, que facilitará a realização das etapas seguintes e proporcionará a continuidade das ações, recriando ou expandindo o processo de implementação das ações estruturantes em áreas rurais (BRASIL, 2021a).

O Acordo de Cooperação Técnica é um instrumento jurídico que formaliza parcerias entre órgãos e entidades da Administração Pública, ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos, visando o alcance de objetivos de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros, conforme estabelece a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 13.019/2014. Esse Acordo deve ser firmado entre a Funasa, por meio de suas Superintendências Estaduais, e o município, no intuito de atender às necessidades de saneamento das comunidades rurais. No instrumento estão descritas as obrigações de cada uma das partes envolvidas para o desenvolvimento de ações conjuntas.

Diagnóstico Rural Participativo (Funasa, 2022 – Protocolo de atuação da Funasa para implementação de ações estruturantes de saneamento básico em áreas rurais)

O primeiro passo para a elaboração de um plano, projeto ou programa é a realização de um diagnóstico, que visa coletar e sistematizar dados e informações para um determinado contexto, que procura identificar, caracterizar e compreender o problema e as causas que motivaram a intervenção (BRASIL, 2019c). A execução dessa etapa se constitui num dos elementos chave para o êxito do planejamento da intervenção, na medida em que propicia a escolha das estratégias de atuação mais adequadas àquela situação (Idáñez & Ander-Egg, 2008). Além disso, o diagnóstico pode ser utilizado como ponto de partida para a etapa de monitoramento e avaliação com relação às metas que se pretende alcançar após a intervenção (BRASIL, 2019c).

No contexto das áreas rurais, destaca-se o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que pretende compreender o ponto de vista dos indivíduos envolvidos sobre o contexto em que vivem (NAHIRNE e STRIEDER, 2021). Verdejo (2010) define o DRP como “um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento”. Essas técnicas e ferramentas propõem que os processos de pesquisa se desenvolvam de acordo com os saberes dos participantes, incentivando a autoanálise e a concepção de melhores cenários. Num primeiro momento, os dados são coletados a partir da percepção dos sujeitos envolvidos e compartilhados com a equipe mediadora. A seguir, essa equipe busca compreender as condições e o contexto da localidade da pesquisa. E por fim, os agentes analisam os problemas e possíveis soluções para enfrentá-los em conjunto (BRASIL, 2019c).

Segundo Brasil (2019c), o Diagnóstico Rural Participativo pode ser aplicado/adaptado ao Projeto Sustentar, uma vez que está voltado para as áreas rurais brasileiras e visa a sustentabilidade das intervenções implementadas com a participação ativa da comunidade em todas as suas etapas. Nesse sentido, propõe-se que a elaboração do diagnóstico abranja, pelo menos:

- i. Levantamento de dados e informações para retratar a atual situação da gestão dos serviços de saneamento no município e traçar como se dá o acesso a esses serviços na comunidade;
- ii. Discussão com a comunidade, técnicos e gestores municipais sobre: o cenário ideal para os serviços de saneamento na comunidade, a partir da percepção dos participantes; identificação dos atores a serem mobilizados; priorização dos problemas e das necessidades, conforme sua importância e capacidade para

resolvê-los; identificação de possíveis obstáculos e oportunidades para o alcance da situação desejada (ou da situação mais próxima possível da desejada);

iii. Realização de reunião com a comunidade, técnicos e gestores municipais para apresentação e validação dos resultados obtidos. Recomenda-se que a equipe responsável pela realização do diagnóstico apresente uma estratégia de ação, com base em todos os dados e informações coletados e analisados, e em experiências exitosas que ocorreram em contextos semelhantes.

Quanto às metodologias a serem utilizadas para a obtenção dos dados e informações, Brasil (2019c) sugere que sejam adotados o uso tanto de métodos tradicionais quanto participativos, devendo ser realizados os ajustes necessários a cada realidade. Cabe à equipe de mediadores a escolha da didática mais adequada de acordo com o público-alvo, além da elaboração de um cronograma das atividades coerente com a rotina dos moradores.

Mobilização Social – Oficina de Educação em Saúde Ambiental (Funasa, 2022 – Protocolo de atuação da Funasa para implementação de ações estruturantes de saneamento básico em áreas rurais)

Esta quarta etapa tem como objetivo desenvolver ações de educação em saúde ambiental junto à comunidade atendida com a intervenção de saneamento, como mecanismo para promover a sustentabilidade da infraestrutura instalada e a melhoria da saúde e qualidade de vida da população. Essas ações de educação em saúde ambiental objetivam, ainda (BRASIL, 2021a): a socialização dos resultados do levantamento situacional (diagnóstico) realizado; a sensibilização da comunidade para a responsabilidade coletiva na conservação e manutenção das ações e serviços de saneamento; a identificação de conhecimentos e práticas da população acerca do saneamento e da saúde ambiental; e a construção de conceitos e práticas educativas que contribuam para a sustentabilidade socioambiental no território e do sistema implantado.

A mobilização social visa a constituição de um processo participativo juntamente com as comunidades rurais, com o envolvimento de diferentes atores como associações, técnicos e gestores municipais, movimentos sociais, entre outros. Nesse processo, a população atendida com a intervenção, a partir do conhecimento de sua realidade, começa a perceber criticamente e a transformar seu ambiente, na medida em que é empoderada e passa a se sentir parte integrante do processo que leva à sustentabilidade da ação de saneamento (BRASIL, 2012b).

Capacitação em gestão dos serviços de saneamento básico (Funasa, 2022 – Protocolo de atuação da Funasa para implementação de ações estruturantes de saneamento básico em áreas rurais)

A gestão dos serviços de saneamento básico visa assegurar o desenvolvimento de políticas públicas que promovam melhorias na qualidade de vida da população. Assim, para o alcance definitivo da universalização do acesso aos serviços de saneamento é necessário o aprimoramento da gestão, com consequente melhoria do desenvolvimento do setor, da prestação dos serviços e da saúde pública (BRASIL, 2020d).

Nesse sentido, a capacitação em gestão dos serviços de saneamento básico, destinada a gestores e técnicos municipais e comunidade atendida, visa a estruturação de um grupo de trabalho local responsável por assegurar a prestação dos serviços implementados de modo sustentável. Diante disso, a Funasa elaborou materiais para subsidiar os técnicos envolvidos com ferramentas metodológicas, visando orientar o processo de intervenção:

- Caderno didático técnico para curso de gestão de manejo de águas pluviais em áreas rurais do Brasil (BRASIL, 2020d);
- Caderno didático técnico para curso de gestão de sistemas de abastecimento de água em áreas rurais do Brasil (BRASIL, 2020e);
- Caderno didático técnico para curso de gestão de sistemas de esgotamento sanitário em áreas rurais do Brasil (BRASIL, 2020f);
- Caderno didático técnico para curso de gestão de manejo de resíduos sólidos em áreas rurais do Brasil (BRASIL, 2020g).

O PSBR aponta que as medidas estruturantes devem ser o ponto focal da gestão do saneamento rural, pois são elas que fornecem sustentabilidade para a prestação dos serviços. Assim, é necessário que haja um fortalecimento tanto com relação à legislação do setor quanto institucional, com vistas ao desenvolvimento e à

capacitação dos atores nos níveis regional e local para a gestão do saneamento rural (BRASIL, 2019b).

A Lei nº 11.445/2007 traz em seu art. 5º que “não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador”. Ademais, o Decreto nº 10.588/2020 complementa que também não constitui serviço público a prestação de serviços realizados por associações comunitárias criadas para esse fim, que possuam competência na gestão do saneamento rural, desde que delegadas ou autorizadas pelo respectivo titular, na forma prevista na legislação (art. 4º, §§9º e 10).

Neste ponto é importante ressaltar que o PSBR (BRASIL, 2019b) esclarece que a autogestão não é a alternativa adequada para a gestão do saneamento em áreas rurais, mesmo que sejam soluções individuais. Contudo, é valoroso reconhecer a atuação da população, seja como usuário consciente do seu dever, seja como operador a par de suas obrigações, que colabora para o efetivo funcionamento das soluções de saneamento junto aos demais agentes (BRASIL, 2019b).

Capacitação para a operação dos serviços de saneamento (Funasa, 2022 – Protocolo de atuação da Funasa para implementação de ações estruturantes de saneamento básico em áreas rurais)

A capacitação de técnicos municipais e comunitários para a operação e manutenção da infraestrutura instalada ocorre após a finalização da obra. O curso deve abordar conceitos e atividades relacionadas à operação e à manutenção da tecnologia de saneamento, bem como sobre o controle da qualidade da água para consumo humano e deve fornecer instruções técnicas básicas, de forma clara e objetiva, visando contribuir para a minimização das dificuldades encontradas nas ações de operação e manutenção.

Com relação à escolha das tecnologias, o PSBR foi desenhado com a composição de três eixos estratégicos e indissociáveis: Tecnologia, Educação e Participação Social e Gestão dos Serviços, que propõem um conjunto de soluções que abarquem tecnologias apropriadas à localidade e gestão dos serviços, pressupondo o atendimento seguro e efetivo da população, com ampla participação social (BRASIL, 2019b). Nesse sentido, a Funasa elaborou materiais para subsidiar os técnicos envolvidos com ferramentas metodológicas, visando orientar o processo de intervenção:

- Caderno didático técnico para curso de gestão de manejo de águas pluviais em áreas rurais do Brasil (BRASIL, 2020d);
- Caderno didático técnico para curso de gestão de sistemas de abastecimento de água em áreas rurais do Brasil (BRASIL, 2020e);
- Caderno didático técnico para curso de gestão de sistemas de esgotamento sanitário em áreas rurais do Brasil (BRASIL, 2020f);
- Caderno didático técnico para curso de gestão de manejo de resíduos sólidos em áreas rurais do Brasil (BRASIL, 2020g).

Monitoramento (Funasa, 2022 – Protocolo de atuação da Funasa para implementação de ações estruturantes de saneamento básico em áreas rurais)

As etapas de monitoramento e avaliação de uma política pública visam a produção e organização de informações a fim de aferir o desempenho dessa política, de modo que a execução possa ser moldada na medida das necessidades. São etapas que auxiliam a consolidar o planejamento dos programas e a aprimorar a efetividade das ações (BRASIL, 2018c).

O monitoramento é um processo contínuo durante a implementação das ações e objetiva controlar a entrada de insumos, o cronograma de execução e aferir o atingimento das metas, além de permitir a identificação de problemas e falhas possibilitando ajustes corretivos (BRASIL, 2018c). Nesse sentido, a política deve dispor de indicadores, que são ferramentas que viabilizam o acompanhamento da sua execução rotineira e da sua evolução em relação ao alcance das metas estabelecidas (BRASIL, 2019c).

De acordo com Brasil (2019c), no âmbito das ações a serem implementadas em áreas rurais, visto que podem ser referentes ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais ou ao manejo de resíduos sólidos, cada projeto ou ação envolverá um conjunto de insumos, atividades, produtos e resultados, de modo que a definição dos indicadores deverá ser realizada em cada contexto.

Avaliação (Funasa, 2022 – Protocolo de atuação da Funasa para implementação de ações estruturantes de saneamento básico em áreas rurais)

A etapa de avaliação compreende o julgamento, a atribuição de valor e a mensuração de uma política pública, visando a melhoria de seus processos de tomada de decisão, possibilitando que sejam realizados ajustes nas linhas de intervenção (BRASIL, 2018d).

No âmbito do Projeto Sustentar, foi desenvolvido material para dar subsídio para as ações de monitoramento e avaliação (BRASIL, 2019c) em que são priorizadas as avaliações ex-post – aquelas realizadas após a implementação da política pública, tratando da avaliação de implementação, da avaliação de resultado e da avaliação de impacto. A avaliação de implementação visa analisar se a ação pública está sendo executada em conformidade com seu desenho, e se o resultado produzido coincide com o esperado. A avaliação de resultado analisa se as metas alcançadas estão de acordo com o planejado. E a avaliação de impacto diz respeito à quantificação dos efeitos causais da política na população atendida direta e indiretamente pelo programa, projeto ou ação, ou ainda em toda a sociedade.

No contexto deste TED, esta deverá avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das ações estruturantes, por meio de indicadores e eventualmente entrevistas (quantitativo e qualitativo), comparando localidades que foram atendidas por ações estruturais e estruturantes com outra que foram atendidas somente com ações estruturais.

A implementação das atividades nos municípios terá início em um bloco de 8 (oito) municípios, chamado de bloco de validação, que funcionarão como pilotos, nos quais serão realizadas todas as etapas acima descritas, a fim de analisar a metodologia proposta e promover as adequações que se fizerem necessárias para sua aplicação nos demais municípios.

Os conteúdos programáticos das oficinas de capacitação serão definidos em conjunto com a Funasa e terão como base os materiais desenvolvidos pela Funasa, principalmente as diretrizes definidas pelo PSBR e ações previstas nos cadernos do Projeto Sustentar.

O monitoramento a ser realizado pela unidade descentralizada envolverá tanto as ações estruturantes quanto as estruturais necessárias para o pleno funcionamento das SAC.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos haverá, entre a unidade descentralizadora e a unidade descentralizada, a necessária comunicação, a fim de facilitar o acompanhamento e a execução do contrato.

Para este fim, a unidade descentralizadora convocará, por sua iniciativa ou da unidade descentralizada, quantas reuniões estimar convenientes.

9. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração

() Sim

(x) Não

10. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

Direta, por meio da utilização de capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

11. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

Sim

Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. 15% para Fundação de apoio conveniada a UNIVASF.

12. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO POR ETAPAS

METAS	ETAPAS	PRODUTO	Qtd.	Início	Fim	CUSTO
META 1: Elaboração de estratégias para implementação de ações estruturantes em comunidades rurais visando a sustentabilidade das SAC implantadas.	1.1 - Elaboração de documento contendo as estratégias a serem utilizadas para a implementação das ações de apoio à gestão em saneamento nas localidades contempladas com os SAC, contendo no mínimo: 1.1-1. Definição da metodologia de execução (A ex. Metodologia FIGE — Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica, ações estruturantes que apresentam caráter estratégico, sincronizam o bom andamento de outros projetos e convergem os conceitos de integração, transversalidade e visão sistêmica. Além disso, exprimem as maiores prioridades relativas à gestão e exigem ampla concentração de esforços e meios para o seu desenvolvimento. 1.1-2. Cronograma de execução; 1.1-3. Formação dos grupos de trabalho (GT) pela equipe do projeto; 1.1-3.1. GTGC – Gestão Central; 1.1-3.2. GTGS - Gestão dos Serviços; 1.1-3.3. GTE – Educação em saúde ambiental (participação social); 1.1-3.4. GTM – Monitoramento e Avaliação. 1.1-3.5 Treinamento da equipe de campo 1.1-4. Monitoramento da operação do SAC, por meio de indicadores de avaliação, e avaliação das ações; 1.1-4.1. Sócios-econômicos;	Relatório contendo as estratégias de implementação de ações estruturantes; Material didático para as capacitações.	1	DEZ/2022	ABR/2023	R\$ 554.224,94

1.1-4.2. Demográficos;
 1.1-4.3. Ambientais;
 1.1-4.4. Culturais;
 1.1-4.5. Abastecimento de água;
 1.1-5. Elaboração de material didático para as capacitações voltadas a técnicos e gestores municipais, assim como para a comunidade rural atendida com as SAC. Assim, a linguagem do material a ser desenvolvido deverá ser acessível a esse público.
 1.1-5.1. Sensibilização em Saúde Ambiental;
 1.1-5.2. Qualificação técnica pedagógica;
 1.1-5.3. Qualificação técnica, administrativa;
 1.1-5.4. Aperfeiçoamento em das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) em área rural;
 1.1-5.5. Domínio de instrumentos de políticas públicas.

<p>META 2: Implementação do bloco de validação em 8 municípios</p>	<p>2. – Plano de Mobilização Social e Participativa; 1. - Realizar Diagnóstico Rural Participativo (DRP) para verificar as condições de saneamento nas comunidades selecionadas;</p> <p>2.1.2- Realização de reuniões de sensibilização com técnicos, gestores municipais e com líderes e/ou representantes das comunidades rurais; 2.1.3- Elaboração de um Plano de Ação (5W2H) entre a SUEST e o Município para a realização das oficinas de capacitação na comunidade;</p> <p>2. – Plano de Capacitação; 1. - Realização de Oficina de Capacitação em Educação em Saúde Ambiental; 2. - Realização de Oficina de Capacitação em Alternativas de Gestão; 3. - Realização de Oficina de Capacitação em Operação, Manutenção e Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano;</p> <p>2. – Plano de Efetivação; 1. - Cenários com Prognóstico e Planejamento Estratégico; 2. - Adequação dos processos metodológicos de implementação das ações.</p> <p>2. – Plano de Informatização; 1. – Implantação do sistema de consolidação, monitoramento e compartilhamento de dados das SAC.</p>	<p>Relatório contemplando material didático para as capacitações;</p> <p>Relatório de Implementação do bloco de validação em 8 municípios compreendendo as reuniões de sensibilização; Diagnóstico Rural Participativo; Oficinas de Capacitação e Adequação dos processos metodológicos;</p>	1	DEZ/2022	OUT/2023	R\$ 908.134,82
<p>META 3: Realização de reuniões de sensibilização em 62 municípios</p>	<p>3.1- Realização de reuniões de sensibilização com técnicos, gestores (sociais, técnicos, administrativos e públicos) e comunidade nos municípios contemplados com as SAC; 3.2- Formalização, mediante portaria, das equipes municipais para desenvolvimento/acompanhamento das ações na comunidade. A elaboração e implantação das ações de apoio à gestão em saneamento requerem a formatação de um modelo de planejamento participativo e de caráter permanente. Dessa forma, é imprescindível a formação de grupo de trabalho regulamentado com vários atores sociais intervenientes para a elaboração do plano, identificando e sistematizando os interesses múltiplos e a existência de áreas conflitantes.</p>	<p>Relatório técnico das reuniões de sensibilização</p>	1	OUT/2023	JUN/2025	R\$ 2.972.393,19

META 4: Realização de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) em 62 municípios	4.1- Realizar Diagnóstico Rural Participativo nas comunidades selecionadas	Relatório do Diagnóstico Rural Participativo (DRP)	1	OUT/2023	JUN/2025	R\$ 3.487.481,66
META 5: Realização de oficinas de capacitação em 62 municípios	5.1- Educação em Saúde Ambiental; 5.2- Capacitação em Alternativas de Gestão; 5.3- Capacitação em Operação, Manutenção e Controle da Qualidade da Água; 5.4- Aperfeiçoamento em das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) em área rural.	Relatório das oficinas de capacitação	1	OUT/2023	JUN/2025	R\$ 810.631,84
META 6: Realização do monitoramento em 70 municípios	6.1- Realização de monitoramento das ações desenvolvidas nas comunidades rurais e da sustentabilidade das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) implantadas, com o estabelecimento de critérios e indicadores. 1. Informações SAC; 2. Informações sobre Sustentabilidade; 3. Descrições da SAC; 4. Qualidade da água bruta e tratada; 6.2- Realização de avaliação das ações desenvolvidas das comunidades rurais e da sustentabilidade das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (SAC) implantadas; 6.3- Implantação do sistema de consolidação, monitoramento e compartilhamento de dados das SAC. 6.4- Relatórios de avaliação; 6.5- Divulgação dos resultados.	Implantação do sistema de Informatização. Relatório do monitoramento e avaliação	1	NOV/2023	OUT/2025	R\$ 294.784,12

CRONOGRAMA DAS METAS	ANO 1												ANO 2												ANO 3											
	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25
META 1	META 1																																			
META 2													META 2																							
META 3																									META 3											
META 4																									META 4											
META 5																									META 5											
META 6																									META 6											
VALOR DE CADA META	ANO 1												ANO 2												ANO 3											
	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25
META 1	RS 554.224,94																																			
META 2													RS 908.134,82																							
META 3																									RS 2.972.393,19											
META 4																									RS 3.487.481,66											
META 5																									RS 810.631,84											
META 6																									RS 294.784,10											
SUGESTÃO DE DESEMBOLSO	ANO 1												ANO 2												ANO 3											
	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25
META 1	RS 1.462.359,76																																			
META 2													RS 1.000.000,00																							
META 3																									RS 1.972.393,19											
META 4																									RS 2.487.481,66											
META 5																									RS 2.105.415,94											
META 6																									O desembolso para custeio da meta 6 já está contido no valor acima da meta 5											

12.1 BENS PERMANENTES PARA AQUISIÇÃO DO TED XX/22 CELEBRADO ENTRE A UNIVASF E A FUNASA (VALOR UNITÁRIO MÉDIO CONSEGUIDO VIA COTAÇÃO EM SITES DE EMPRESAS QUE PRESTAM SERVIÇOS A UNIÃO)

DESCRIÇÃO DO BEM PERMANENTE	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (MÉDIA)	TOTAL
Notebook Intel Core i5-10210U, 8GB RAM, SSD 256GB, 15.6 Full HD, Windows 11 Home	6	R\$ 3.500,00	R\$ 21.000,00
Computador Desktop 10ª geração de Intel® Core™ i5-10500 (6-core, cache de 12MB, até 4.5GHz, 65W). Memória de 8 GB (1x8GB), DDR4	6	R\$ 4.500,00	R\$ 27.000,00
Tablet Display LCD LTPS de 11 - 256 GB	6	R\$ 2.000,00	R\$ 12.000,00
GPS portátil 32 x	9	R\$ 2.500,00	R\$ 22.500,00
Impressora multifuncional jato de tinta	6	R\$ 2.000,00	R\$ 12.000,00
Impressora Plotter	2	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00
Data-show	3	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00
Câmera fotografica digital	6	R\$ 10.000,00	R\$ 60.000,00
MOBILIARIO DE ESCRITÓRIO	5	R\$ 15.000,00	R\$ 75.000,00
CUSTO TOTAL DE PERMANENTE			R\$ 254.500,00

12.2 MATERIAL DE CONSUMO DO TED XX/22 CELEBRADO ENTRE A UNIVASF E A FUNASA (VALOR UNITÁRIO MÉDIO CONSEGUIDO VIA COTAÇÃO EM SITES DE EMPRESAS QUE PRESTAM SERVIÇOS A UNIÃO)

DESCRIÇÃO-DO-BEM- PERMANENTE	QUANTITATIVO	VALOR-UNITÁRIO- (MÉDIA)	TOTAL
INSUMOS-DE-ESCRITORIO	1836	R\$-18,94	R\$-34.780,00
SERVIÇOS-TERCEIROS- (MATERIAL-GRÁFICO)	100	R\$-10.000,00	R\$-1.000.000,00
CUSTO-TOTAL-CONSUMO			R\$-1.034.780,00
CUSTO-TOTAL-PERMANENTE-E-CONSUMO			R\$-1.289.280,00

12.3 LOGÍSTICA DO TED XX/22 CELEBRADO ENTRE A UNIVASF E A FUNASA (VALOR UNITÁRIO MÉDIO CONSEGUIDO VIA COTAÇÃO EM SITES DE EMPRESAS QUE PRESTAM SERVIÇOS A UNIÃO)

LOGISTICA DE TRANSPORTE	QUANTIDADE	VIAGENS/MÊS	VALOR UNITARIO	DURAÇÃO TOTAL (MESES)	CUSTO
COMBUSTIVEL	7000	1	R\$ 10,00	36	R\$ 2.520.000,00
HOTEL	15	1	R\$ 300,00	36	R\$ 162.000,00
ALIMENTAÇÃO (3 REFEIÇÕES)	15	1	R\$ 200,00	36	R\$ 108.000,00
GASTO TOTAL LOGISTICA					R\$ 2.790.000,00

12.4 CRONOGRAMA FINANCEIRO - QUADRO-RESUMO E TABELA DE CUSTO POR META

METAS	SUB-TOTAL
01	R\$ 554.224,94
02	R\$ 908.134,82
03	R\$ 2.972.393,19
04	R\$ 3.487.481,66
05	R\$ 810.631,84
06	R\$ 294.784,10
TOTAL	R\$ 9.027.650,57

VALOR TOTAL DO PLANO DE TRABALHO EM SUAS NATUREZAS DE DESPESA E RUBRICAS		
NATUREZA	RUBRICA	CUSTO
CORPO TÉCNICO	33.90.39	R\$ 3.770.736,12
LOGISTICA	33.90.39	R\$ 2.790.000,00
CONSUMO	33.90.39	R\$ 1.034.780,00
PERMANENTE	44.90.52	R\$ 254.500,00

DOAP FUNDAÇÃO	33.90.39	R\$ 1.177.634,45
TOTAL GERAL		R\$ 9.027.650,57

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Nº	LIBERAÇÃO DA PARCELA	MÊS/AN O	VALOR (R\$)	%
1ª Parcela	Assinatura	DEZ/2022	R\$ 1.462.359,76	16,2
2ª Parcela	Parecer técnico - Relatório da Meta 1	JUN/2023	R\$ 1.000.000,02	11,2
3ª Parcela	Parecer técnico – Relatório da Meta 2	DEZ/2023	R\$ 1.972.393,19	21,8
4ª Parcela	Parecer técnico – Relatório da Metas 3 e 4	JUL/2024	R\$ 2.487.481,66	27,5
5ª Parcela	Parecer técnico – Relatório da Metas 5	FEV/2025	R\$ 2.105.415,94	23,3
TOTAL			R\$ 9.027.650,57	100

14. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO – PAC

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39	SIM	R\$ 8.773.150,57
44.90.52	NÃO	R\$ 254.500,00

15. PROPOSIÇÃO

Local e data

XXXXXXX, XX de XXXXXX de 2022

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizada

16. APROVAÇÃO

Local e data

XXXXXXX, XX de XXXXXX de 2022

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizadora



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CÉSAR FAGUNDES NEVES, Usuário Externo**, em 27/10/2022, às 08:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miguel da Silva Marques, Presidente**, em 14/12/2022, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.funasa.gov.br/consulta>, informando o código verificador **4190784** e o código CRC **AFC02348**.